



Ata de Audiência Pública

(art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

2º Quadrimestre de 2023

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Aos vinte e um dias do mês de setembro de 2023, com início às 18:00 horas, na Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000 – a Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, por sua Diretoria de Finanças, apresenta à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal e aos interessados que compareceram à presente reunião, o RESULTADO DA EXECUÇÃO DAS METAS FISCAIS do **Segundo Quadrimestre de 2023** do Município de Natividade da Serra.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

ART. 9º....

§ 4º - ATÉ O FINAL DOS MESES DE MAIO, SETEMBRO E FEVEREIRO, O PODER EXECUTIVO DEMONSTRARÁ E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO REFERIDA NO § 1º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO OU EQUIVALENTE NAS CASAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

A Audiência Pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, e deve ser amplamente divulgada, para que haja a devida participação popular na Administração Pública.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

ART. 48 - SÃO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, AOS QUAIS SERÁ DADA AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIOS ELETRÔNICOS DE ACESSO PÚBLICO: OS PLANOS, ORÇAMENTOS E LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS; AS PRESTAÇÕES DE CONTAS E O RESPECTIVO PARECER PRÉVIO; O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL; E AS VERSÕES SIMPLIFICADAS DESSES DOCUMENTOS.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Com relação ao cumprimento das Metas Fiscais, os principais objetivos do Município na Audiência Pública são:

- Demonstrar as receitas arrecadadas no período, comparadas com a sua previsão;**
- Demonstrar as despesas realizadas executadas no exercício;**
- Comparar as Receitas e Despesas do exercício;**
- Demonstrar e analisar as metas de Resultado Primário e Resultado Nominal;**
- Comparar as Metas e as Dívidas do município;**
- Avaliar os índices legais de aplicação de despesas com pessoal e os previstos na Constituição Federal em Saúde e Educação.**

A IMPORTÂNCIA DO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS

O envio correto de dados corretos e dentro do prazo estabelecido por lei (Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal- RGF), evita que o Município seja impedido de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

E mais importante: demonstra que o gestor está atuando de acordo com os princípios preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal, oferecendo à sociedade a transparência das informações necessárias ao controle social.



ANÁLISE DO RESULTADO BRUTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária analisa os comportamentos das Receitas e das Despesas Orçamentárias. O quadro abaixo demonstra que a Receita Bruta do exercício comportou-se de acordo com as previsões contidas no PPA, na LDO e na LOA, demonstrados desta forma:

(A) ARRECADAÇÃO

RECEITAS	PREVISTA ANUAL	ARRECADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	38.901.200,00	26.311.321,93	67,64%
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.830.000,00	1.466.185,46	80,12%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	83.357,46	55,57%
RECEITA PATRIMONIAL	860.000,00	763.368,62	88,76%
RECEITA DE SERVIÇOS	25.000,00	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.986.000,00	23.873.817,74	66,34%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	50.000,00	124.592,65	249,19%
RECEITAS DE CAPITAL	620.000,00	0,00	67,34%
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	600.000,00	417.500,00	69,58%
TOTAL DA RECEITA	39.521.200,00	26.728.821,93	67,63%

(B) DESPESAS

DESPESAS	AUTORIZADA ANUAL (Atualizada)	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	41.217.665,52	25.438.155,08	61,72%
PESSOAL E ENCARGOS	18.982.900,00	13.264.414,76	69,88%
JUROS/ENCARGOS DA DÍVIDA	500,00	0,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.234.265,52	12.173.740,32	54,75%
DESPESAS DE CAPITAL	7.642.177,11	3.327.746,23	43,54%
INVESTIMENTOS	6.262.177,11	2.392.362,76	38,20%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.380.000,00	935.383,47	67,78%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	852,66	0,00	-
TOTAL DA DESPESA	48.860.695,29	28.765.901,31	58,87%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A - B) - DÉFICIT		2.037.079,38	7,62%

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária (pela despesa liquidada) demonstrada acima apresentou **Déficit da ordem de R\$ 2.037.079,38 (7,62%)**, não atendendo ao estabelecido nas Leis Orçamentárias – PPA, LDO e LOA.

No comportamento da execução da despesa, procurou-se realizar dentro da normalidade, conforme preveem as peças orçamentárias, nos parâmetros da legislação vigente.

ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO

Para facilitar a análise do Resultado Primário, necessitamos conhecer os seguintes demonstrativos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

RECEITA FISCAL LÍQUIDA - refere-se à Receita Bruta, reduzidas as receitas de valores de empréstimos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios de dívidas de terceiros recebidos);

DESPESA FISCAL LÍQUIDA: trata-se da Despesa Bruta, descartadas as despesas referentes a empréstimos, financiamentos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios da dívida pagos).

O **RESULTADO PRIMÁRIO** apura a diferença entre a **Receita Fiscal Líquida** e a **Despesa Fiscal Líquida**, (receita e despesa bruta, excluídos os valores oriundos de receitas e despesas financeiras).



RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS FISCAIS	PREVISTA NO QUADRIMESTRE	REALIZADA NO QUADRIMESTRE	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	38.901.200,00	26.311.321,93	67,64%
RECEITAS DE CAPITAL	620.000,00	417.500,00	67,33%
SUBTOTAL	39.521.200,00	26.728.821,93	67,63%
DEDUÇÕES			
(-) RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	146.600,00	698.227,83	476,28%
(-) RECEITAS DE ALIENAÇÕES DE ATIVOS	10.000,00	0,00	-
SUBTOTAL	156.600,00	698.227,83	445,87%
RECEITA FISCAL LÍQUIDA	39.364.600,00	26.030.594,10	66,13%
DESPESAS FISCAIS	AUTORIZADA NO PERÍODO	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	41.217.665,52	25.438.155,08	61,72%
DEDUÇÕES			
(-) JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500,00	0,00	-
SUBTOTAL	41.217.165,52	25.438.155,08	61,72%
DESPESAS DE CAPITAL	7.642.177,11	3.327.746,23	43,54%
DEDUÇÕES			
(-) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.380.000,00	935.383,47	67,78%
SUBTOTAL	6.262.177,11	2.392.362,76	38,20%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	852,66	-	-
DESPESA FISCAL LÍQUIDA	47.479.342,63	27.830.517,84	58,62%
RESULTADO PRIMÁRIO		-1.799.923,74	6,91%

O DÉFICIT PRIMÁRIO de R\$ -1.799.923,74 (6,91%), demonstra que durante o período, não foram cumpridas as metas de Resultado Primário previstas nos instrumentos orçamentários do município (Meta Fixada na LDO 2023 = R\$ 960.600,00).

ANÁLISE DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal evidencia as variações do estoque líquido da Dívida de Longo Prazo (as dívidas consolidada e fundada) e seu cálculo utiliza a capacidade financeira para fazer face aos pagamentos das dívidas.

RESULTADO NOMINAL

RESULTADO NOMINAL	EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	PERÍODO ATUAL (B)
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	5.107.888,84	4.139.807,50
ATIVO DISPONÍVEL E HAVERES FINANCEIROS	11.511.882,93	8.022.057,40
HAVERES FINANCEIROS	108.245,05	106.068,30
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	950.924,88	0,00
II - DEDUÇÕES (*)	10.669.203,10	8.128.125,70
III- DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	-5.561.314,26	-3.988.318,20
V. PASSIVOS RECONHECIDOS	1.604.536,83	1.502.377,55
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III - V)	-7.165.851,09	-5.490.695,75
RESULTADO NOMINAL (B-A)		-1.675.155,34

Pelo resultado acima, apurou-se no período redução do saldo de estoque de dívidas consolidadas do Município, atingindo 67,69% do limite constitucional estabelecido para o Resultado Nominal no período. (Meta Fixada na LDO 2023 = R\$ 2.474.735,90)

DESPESAS COM PESSOAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		2º QUADRIMESTRE	
	R\$	%	R\$	%
	39.104.249,06		39.516.933,47	
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL	R\$	%	R\$	%
	16.978.396,25	43,42	19.593.493,32	49,58
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR.ÚN.ART.22 LRF)	20.060.479,77	51,30	20.272.188,87	51,30
LIMITE LEGAL (ART. 20 LRF)	21.116.294,49	54,00	21.339.144,07	54,00
DESPESA LÍQ. INATIVOS E PENSIONISTAS	252.621,89	0,65	231.029,44	0,58
LIMITE LEGAL (§1º,ART.2ºLEI FEDERAL 9.717/98)	4.692.509,89	12,00	4.742.032,02	12,00

Conforme demonstrado acima, o percentual de 49,58% obtido no período se encontra abaixo do limite para gastos com pessoal estabelecido pelo art. 20 da LC 101/2000.



DÍVIDA CONSOLIDADA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		2º QUADRIMESTRE	
	R\$	%	R\$	%
	39.104.249,06		39.516.933,47	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	R\$	%	R\$	%
	5.107.888,84	13,06	4.139.807,50	10,48
LIMITE LEGAL (ARTs 3º E 4º - RESOLUÇÃO Nº 43 SENADO)	46.925.098,87	120,00	47.420.320,16	120,00

O demonstrativo comprova que o saldo da dívida a longo prazo está dentro do limite legal estabelecido pelo Senado Federal de 120% da Receita Corrente Líquida.

CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

SAÚDE

Descrição	Receitas de Impostos + Transf.	Limite Legal	Aplicado (Liquidade)	Valor Aplicado a Maior/Menor
Valor Aplicado com Recursos Próprios na Saúde	19.034.733,82	2.855.210,07	5.063.600,93	2.208.390,86
Percentual Aplicado em Saúde (%)	100%	15%	26,60%	11,60%

EDUCAÇÃO

Descrição	Receitas de Impostos + Transf.	Limite Legal	Aplicado (Liquidade)	Valor Aplicado a Maior/Menor
Valor Aplicado no Ensino (Art. 212 CF) – Despesa Empenhada	19.637.505,28	4.909.376,32	5.481.424,91	572.048,59
Percentual Aplicado no Ensino (%)	100%	25%	27,91%	2,91%

FUNDEB

Descrição	Receitas do Fundeb + Aplic. Financeira	Limite Legal	Aplicado (Liquidade)	Valor Aplicado a Maior/Menor
Valor Aplicado no Magistério	3.279.326,69	2.295.528,68	3.282.749,06	987.220,38
Percentual Aplicado com o Magistério (%)	100%	70%	100,10%	30,10%

PUBLICAÇÕES

- Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 2º Quadrimestre/2023.
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 4º Bimestre/2023.
- Relatórios publicados no jornal "Diário de Taubaté" Edição nº 14.177, de 21/09/2023.
- Encaminhamento das publicações dos relatórios da RREO e do RGF ao sistema AUDESP no dia 21/09/2023.
- Edital de audiência publicado no jornal "Diário de Taubaté" Edição nº nº 14.172, de 13/09/2023.

RESULTADO APURADO - CUMPRIMENTO DOS LIMITES E PRAZOS LEGAIS

- O Município não está com as finanças em equilíbrio.
- O Município cumpriu os limites para gastos com pessoal.
- Cumpriu os limites para Dívidas de Longo Prazo.
- Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 2º Quadrimestre/2023.
- Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 4º Bimestre/2023.
- O Município comprovou a aplicação dos valores previstos na Constituição Federal com Saúde e Educação (inclusive o Fundeb).

Para atendimento à legislação vigente, ao encerramento da sessão foi lavrada a presente ata, e assinada a lista de presença por todos os presentes, que faz parte integrante da ata. Natividade da Serra, 21 de setembro de 2023.



RG

LISTA DE PRESENÇA À AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REFERENTE AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2023, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2023, COM INÍCIO À PARTIR ÀS 18:00 HORAS, NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATIVIDADE DA SERRA.

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
1	Elton Aparecido dos Santos	346878597	Elton
2	Lincoln Aparecido	433173452	Lincoln Aparecido
3	Marcia Cristina L. Lapa	25899076-x	Marcia
4	Patrícia Ap. Ferreira	30473263-5	Patrícia
5	Thamires Ferreira da Mota	45958964-7	Thamires
6	Fabiana Cap. L. C. Gil	43334374-6	Fabiana
7	José Aparecido dos Santos	20699958-6	José
8	Benedito Joana de C.	33138092-1	Benedito
9	ROBERTO GIUNTA	14649393	Roberto
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			